

SOCIOLOGIA ON LINE

Artigo

2026, n.º 41, e2026417, pp. 1-15

<https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2026.41.7>

Normas de submissão:

<https://revista.aps.pt/pt/normas-autores/>



<https://revista.aps.pt/pt/inicio/>

SEGREGAÇÃO DE GÉNERO NO MERCADO DE TRABALHO Uma análise sobre o setor de atuação das mulheres em Angola

GENDER INEQUALITIES IN THE LABOUR MARKET An analysis of the sector in which women work in Angola

Pedro Seke Martins

FUNÇÕES: Concetualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Validação, Visualização, Redação do rascunho original, Redação - revisão e edição.

AFILIAÇÃO: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Avenida Presidente Antônio Carlos, n.º 6627, Pampulha, 31270-901, Belo Horizonte - MG, Brasil

E-mail: psm2025@ufmg.br | ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7130-7516>

Resumo: O artigo pretende analisar a inserção das mulheres angolanas no mercado de trabalho, procurando perceber se a estrutura laboral reproduz formas de segregação em função do sexo. Com base no Inquérito ao Emprego em Angola do 2.º trimestre de 2025, adotou-se uma abordagem quantitativa para examinar a estrutura de inserção laboral de forma a perceber se efetivamente se confirma a segregação, cujos resultados mostram que os homens dominam nos setores técnicos e de decisão, enquanto as mulheres se encontram maioritariamente inseridas no setor da economia do cuidado. Foi possível concluir ainda que a estrutura do mercado é condicionada por um modelo patriarcal que valida o homem como principal provedor e direciona a mulher para funções que reproduzem o papel doméstico na esfera pública, resultando em segregação horizontal. A elevada participação feminina em atividades de baixa renda não decorre de um empreendedorismo autónomo, mas de limitações no acesso ao emprego formal, o que perpetua ciclos de vulnerabilidade económica e contrasta com as diretrizes de igualdade da SADC. Conclui-se que, embora existam mecanismos institucionais de promoção da equidade, o mercado de trabalho angolano continua a segregar por sexo.

Palavras-chave: desigualdade de género, mercado de trabalho, segregação ocupacional, Angola.

Abstract: This paper analyses the integration of Angolan women into the labour market, seeking to determine whether the employment structure reproduces forms of gender-based segregation. Based on the Angola Employment Survey (IEA) for the second quarter of 2025, a quantitative approach was adopted to examine the structure of labour integration. The findings reveal that men dominate technical and decision-making sectors, whereas women are mostly clustered in the care economy sector.

Furthermore, the study concludes that the market structure is conditioned by a patriarchal model that validates men as the primary breadwinner and channels women into roles that reproduce domestic duties within the public sphere, resulting in horizontal segregation. The high level of female participation in low-income activities does not stem from autonomous entrepreneurship but rather from barriers in accessing formal employment, which perpetuates cycles of economic vulnerability and contrasts with SADC equality directives. It is concluded that despite the existence of institutional mechanisms to promote equity, the Angolan labour market continues to segregate by sex.

Keywords: gender inequality, labour market, occupational segregation, Angola.

Introdução

Angola dispõe de mecanismos institucionais para a proteção dos direitos das mulheres e para a sua inclusão nos diversos setores da sociedade, em cumprimento dos tratados internacionais de que o Estado é signatário, como a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2023-2027. Em 1997, o país subscreveu a Declaração de Género e Desenvolvimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), através da qual os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a alcançar a meta de, pelo menos, 30% de representação feminina nas estruturas de tomada de decisão política até 2005, bem como a promover o pleno acesso e controlo das mulheres sobre os recursos produtivos, com vista à redução da pobreza feminina (Pehrsson, 2000, p. 5).

Passados 20 anos desde a subscrição a esta declaração da SADC, espera-se não apenas um aumento quantitativo da presença feminina no mercado de trabalho angolano, mas também a sua inserção em cargos de maior relevância, ou seja, para verificar o cumprimento do previsto na Declaração, espera-se que as mulheres em Angola estejam efetivamente representadas em cargos de liderança e tomada de decisão no mercado de trabalho, e não que a avaliação da sua implementação se limite a uma mera representatividade numérica. Contudo, as desigualdades de género permanecem um tema central de debate e, frequentemente, essa discussão tende a concentrar-se apenas nos números relativos à entrada das mulheres no mercado de trabalho, negligenciando a qualidade e a natureza das posições que ocupam, tal como sublinham a Fundo das Nações Unidas para a População [UNFPA] Angola (s.d.) e Silva (2013).

Assim, podemos afirmar que o contexto angolano continua marcado por desigualdades de género. Este cenário não é exclusivo de Angola, trata-se de um padrão amplamente observado em diversos contextos africanos, nos quais a inserção laboral feminina permanece condicionada por fatores como a segregação ocupacional, a elevada informalidade e a distribuição desigual das responsabilidades

domésticas (Aljarodi et al., 2023). Diante desta realidade, o presente artigo procura responder à seguinte questão: como se caracteriza a inserção laboral das mulheres em Angola, em termos de setores de atividade e tipos de ocupação, face à persistência das desigualdades de género no mercado de trabalho?

O objetivo do estudo é compreender a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho, evidenciando os padrões de segregação sexual do trabalho e de desigualdade, por meio da análise da distribuição por setor de atividade e dos tipos de ocupações exercidas. O artigo procura, assim, aprofundar a compreensão destas desigualdades com base em evidências empíricas recentes. Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma estratégia quantitativa replicável, adequada à análise das desigualdades de género, recorrendo a dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE-Angola).

Fundamentos teóricos da desigualdade de género no mercado de trabalho

O debate sobre as desigualdades de género no mercado de trabalho é amplo e atravessa diferentes tradições teóricas da Sociologia, da Economia e dos Estudos Feministas. Uma das contribuições centrais para a compreensão destas desigualdades que adotamos é o conceito de divisão sexual do trabalho na perspetiva das sociólogas Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007). Segundo as autoras, a organização social do trabalho atribui, historicamente, atividades distintas a homens e mulheres, normalizando essa separação por meio de construções sociais e culturais (Hirata & Kergoat, 2007). Para elas, esta divisão constitui um princípio estruturante da desigualdade: aos homens tendem a ser atribuídas tarefas consideradas produtivas e socialmente valorizadas, enquanto às mulheres são destinadas as atividades de cuidado, domésticas ou de menor reconhecimento social.

A segregação ocupacional, por sua vez, é uma consequência direta desta estrutura. Judith Lorber (1994) e Joan Scott (1995) argumentam que o sexo opera como um princípio organizador das instituições, incluindo o mercado de trabalho, produzindo tanto segregação horizontal (entendida como a distribuição desigual de mulheres e homens entre diferentes setores) como segregação vertical (caracterizada pela sub-representação feminina em cargos de maior prestígio e autoridade). Antunes (2018) e Folbre (2001) complementam este argumento ao salientar que a desvalorização económica do trabalho desempenhado maioritariamente por mulheres reflete mecanismos históricos de reprodução simbólica e material das hierarquias de género.

Nos países africanos, estes padrões assumem especificidades próprias. Autores como Aljarodi et al. (2023), Chen (2012) e Meagher (2017) demonstram que a

forte presença da informalidade, associada a estruturas familiares extensas e à elevada carga de trabalho reprodutivo atribuída às mulheres, intensifica as desigualdades no acesso a empregos formais e protegidos. O estudo de Meagher (2017) sobre a economia urbana africana indica que, embora a participação feminina na força de trabalho seja elevada, a sua inserção ocorre predominantemente em setores de baixa remuneração e reduzida proteção social, como o comércio informal, a prestação de pequenos serviços e as atividades de subsistência.

No contexto específico angolano, as desigualdades de género no emprego refletem processos semelhantes. De acordo com Silva (2013), a inserção das mulheres no mercado de trabalho permanece limitada por fatores estruturais, como a segmentação ocupacional, o acesso desigual à educação e a persistência de normas culturais herdadas do período colonial, que associam o trabalho doméstico predominantemente às mulheres.

Para Hochschild (1997) e Razavi (2007), o trabalho doméstico e de cuidado permanece amplamente invisibilizado e desigualmente distribuído, o que resulta numa sobrecarga feminina. Esta sobrecarga limita a capacidade das mulheres de competir em condições de igualdade no mercado de trabalho, sobretudo em contextos nos quais os serviços públicos de apoio, como creches e licenças parentais, são insuficientes ou inexistentes.

Para além dos fatores estruturais e culturais, a literatura económica destaca o impacto dos retornos diferenciados à educação e da discriminação de sexo (Blau & Kahn, 2017). Mesmo quando mulheres e homens apresentam níveis de escolaridade equivalentes, os retornos no mercado de trabalho tendem a ser inferiores para as mulheres, seja devido à sua concentração em setores menos valorizados, seja em resultado de práticas de discriminação direta ou indireta (Blau & Kahn, 2017).

De forma geral, a literatura evidencia que as desigualdades no mercado de trabalho resultam da articulação entre múltiplos marcadores sociais, entre os quais o género ocupa um lugar central, em interseção com fatores como classe social, raça ou etnia, território (rural, urbano) e escolaridade, etc... Nesse sentido, a análise empírica apresentada neste artigo procura compreender como essas dinâmicas se expressam na representatividade feminina no mercado de trabalho angolano contemporâneo.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem metodológica quantitativa. Com base em estatísticas descritivas, procedeu-se ao cálculo de frequências, proporções e cruzamentos entre sexo, setores e tipos de atividade, com o objetivo de identificar padrões iniciais de segregação sexual no mercado de trabalho angolano.

A fonte de dados utilizada foi o Inquérito ao Emprego em Angola,¹ referente ao segundo trimestre de 2025. O IEA constitui um inquérito por amostragem dirigido aos agregados familiares residentes em Angola, excluindo os indivíduos residentes em habitações coletivas, tais como hotéis, hospitais, quartéis, residências estudantis e pessoas em situação de sem-abrigo (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2019). A unidade estatística de amostragem corresponde ao agregado familiar, no qual são recolhidas informações sociodemográficas relativas a todos os seus membros (INE, 2019).

De acordo com a descrição metodológica do Inquérito ao Emprego em Angola, a amostra do estudo foi construída com base numa estrutura de amostragem designada “Amostra-Mãe”, composta por um ficheiro de habitações familiares elaborado a partir dos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014 e das projeções populacionais para o período 2014-2050 (INE, 2025). Trata-se de uma amostra probabilística, o que possibilita a produção de dados estatisticamente representativos a nível nacional.

No total, foram selecionados 10.944 agregados familiares, dos quais 6.036 pertencentes à área urbana e 4.908 à área rural. O inquérito implementou o esquema de rotação “2-2-2”, recomendado pela Organização Internacional do Trabalho para inquéritos trimestrais ao emprego (INE, 2025). Nesse modelo, em cada trimestre, um quarto dos agregados familiares é retirado da amostra e substituído por novos agregados pertencentes à mesma Unidade Primária de Amostragem [UPA]. Os novos agregados permanecem no painel durante quatro trimestres, sendo entrevistados por dois trimestres consecutivos, afastando-se nos dois trimestres seguintes e regressando posteriormente para mais dois trimestres consecutivos (INE, 2025).

Com base na base de dados disponibilizada pelo INE, procedemos posteriormente à seleção da amostra de análise deste estudo. Para tal, foram selecionados apenas indivíduos em idade economicamente ativa (15 a 64 anos) e classificados como empregados, mediante filtragem realizada a partir da variável idade e da condição perante o emprego.

Para a constituição da amostra analítica final, aplicou-se um filtro adicional aos indivíduos que apresentavam informações válidas sobre o setor de atividade no emprego principal, segundo as 11 categorias da variável “Para quem o(a) [nome] trabalha no seu emprego principal?”. Foram excluídos os registos classificados como omissos (*missing system*), os quais foram considerados, para efeitos analíticos deste estudo, como indivíduos inativos ou em situação de desemprego.

1 <https://andine.ine.gov.ao/nada/index.php/catalog/45> (acesso à base de dados utilizada).

Com o objetivo de conferir representatividade nacional aos resultados e extrapolar as análises para além da amostra observada, os dados foram submetidos a um processo de ponderação estatística através da variável “ponderação de indivíduos”, disponibilizada pelo próprio inquérito. Após a aplicação dos ponderadores, estimou-se uma população de 12.810.246 indivíduos, composta por 6.514.817 mulheres (50,9%) e 6.295.429 homens (49,1%). O processamento, tratamento e análise estatística dos dados foram realizados com o auxílio dos *softwares* IBM SPSS Statistics e Microsoft Excel.

Resultados

A análise dos resultados inicia-se com a caracterização sociodemográfica para a compreensão do perfil dos indivíduos e para a contextualização da distribuição da população. A descrição destas características permite identificar eventuais assimetrias entre homens e mulheres. A Tabela 1 apresenta essa caracterização.

A análise descritiva da caracterização sociodemográfica revela que a amostra é maioritariamente jovem, com 52,5% dos indivíduos concentrados nas faixas etárias entre os 15 e os 34 anos. Relativamente à variável “relação de parentesco com o chefe do agregado familiar”, operacionalizada no questionário através da questão “Qual é a relação de parentesco entre o(a) nome e o chefe do agregado familiar?”, observa-se uma marcada diferenciação segundo o sexo. Entre os homens, 70,8% foram identificados na categoria de chefe do agregado familiar, enquanto entre as mulheres essa proporção corresponde a 33,9%.

Considerando que o Instituto Nacional de Estatística define chefe do agregado familiar como a pessoa residente no agregado familiar e reconhecida pelos restantes membros como principal responsável pelo agregado, podendo, inclusive, encontrar-se temporariamente ausente no momento do inquérito, desde que essa ausência não ultrapasse seis meses (INE, 2019, p. 54), estes resultados sugerem a persistência de assimetrias de género na ocupação das posições de referência, responsabilidade e autoridade no interior dos agregados familiares. Nesse sentido, os homens continuam a ser predominantemente reconhecidos como principais responsáveis pelos agregados familiares, evidenciando a permanência de padrões tradicionais de organização familiar e divisão sexual dos papéis sociais.

Em contrapartida, a condição de cônjuge é predominantemente feminina, abrangendo 46,8% das mulheres, em comparação com apenas 6,4% dos homens.

Relativamente ao estado civil, a união de facto é a situação predominante, representando 54,5% da população total. Entre os homens, 58,6% vivem em união de facto e 29,4% são solteiros. As mulheres apresentam taxas mais elevadas de

Tabela 1 Caracterização sociodemográfica da população por sexo e total

		Sexo					
		Masculino		Feminino		Total	
		N	%	N	%	N	%
Faixa Etária	15-24 anos	1492179	23,70	1577312	24,2	3069491	24,0
	25-34 anos	1855417	29,5	1796864	27,6	3652282	28,5
	35-44 anos	1450788	23	1542184	23,7	2992972	23,4
	45-54 anos	941803	15	1026982	15,8	1968785	15,4
	55-64 anos	555241	8,8	571475	8,8	1126716	8,8
Relação de parentesco com chefe do agregado familiar	Chefe	4454309	70,8	2206665	33,9	6660974	52
	Cônjuge	400966	6,4	3047963	46,8	3448929	26,9
	Filho(a)	1116953	17,7	998967	15,3	2115921	16,5
	Genro ou Nora	2415	0	14014	0,2	16429	0,1
	Neto(a)	106218	1,7	79899	1,2	186117	1,5
	Pai ou mãe	455	0	4837	0,1	5292	0
	Sogro(a)	0	0	0	0	0	0
	Enteado(a)	10095	0,2	11446	0,2	21541	0,2
	Irmão ou irmã	87855	1,4	82265	1,3	170120	1,3
	Outro parente	111627	1,8	65179	1	176806	1,4
	Sem parentesco	4536	0,1	3581	0,1	8117	0,1
Estado Civil	Solteiro(a)/nunca viveu em união de facto	1849456	29,4	1374474	21,1	3223930	25,2
	Casado(a)	224549	3,6	199847	3,1	424396	3,3
	União de facto	3686111	58,6	3292165	50,5	6978276	54,5
	Divorciado(a)	3293	0,1	5252	0,1	8545	0,1
	Separado(a)	464810	7,4	1157448	17,8	1622258	12,7
	Viúvo(a)	67211	1,1	485631	7,5	552842	4,3
Área de Residência	Urbana	3774263	60	3795117	58,3	7569381	59,1
	Rural	2521166	40	2719700	41,7	5240865	40,9
Província	Cabinda	163391	2,6	138013	2,1	301404	2,4
	Zaire	166230	2,6	153421	2,4	319652	2,5
	Uíge	391309	6,2	400357	6,1	791666	6,2
	Luanda	1731294	27,5	1664178	25,5	3395472	26,5
	Cuanza Norte	100670	1,6	102271	1,6	202942	1,6
	Cuanza Sul	498323	7,9	535207	8,2	1033531	8,1
	Malanje	212730	3,4	222839	3,4	435569	3,4
	Lunda Norte	195515	3,1	171801	2,6	367316	2,9
	Benguela	501684	8	565861	8,7	1067545	8,3
	Huambo	560106	8,9	629548	9,7	1189654	9,3
	Bie	359340	5,7	412184	6,3	771524	6
	Moxico	197555	3,1	207383	3,2	404939	3,2
	Cuando Cubango	145345	2,3	151918	2,3	297263	2,3
	Namibe	124132	2	122829	1,9	246962	1,9
	Huíla	482348	7,7	576863	8,9	1059212	8,3
	Cunene	244444	3,9	274339	4,2	518783	4
	Lunda Sul	115624	1,8	93753	1,4	209377	1,6
	Bengo	105386	1,7	92049	1,4	197435	1,5

Nota: A terminologia da variável "Relação de parentesco com chefe do agregado familiar" é a utilizada pelo INE

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE - IEA 2025, 2.º Trimestre.

Tabela 2 Distribuição das formas de inserção laboral segundo o sexo

			Sexo		
			Masculino	Feminino	Total
Formas de inserção laboral	Administração pública Central/provincial/local	N %	497853 7,9	171392 2,6	669245 5,2
	Empresa pública	N %	196817 3,1	98793 1,5	295610 2,3
	Organização internacional/Embaixada	N %	2087 0	0 0	2087 0
	Setor privado	N %	1324513 21	431308 6	1755821 13,7
	Pessoa/residência privada	N %	403851 6,4	464427 7,1	868278 6,8
	Trab. familiar sem remuneração (não recebe salário em dinheiro ou espécie)	N %	1162178 18,5	1624558 24,9	2786736 21,8
	Conta própria sem trabalhador	N %	1313337 20,9	2738000 42	4051337 31,6
	Conta própria com trabalhador(es)	N %	972641 15,4	538210 8,3	1510851 11,8
	Produção para o consumo próprio	N %	397328 6,3	442389 6,8	839717 6,6
	Setor cooperativo	N %	11258 0,2	3475 0,1	14733 0,1
	Igrejas e outras associações	N %	13567 0,2	2265 0	15832 0,1
	Total	N %	6295430 100	6514817 100	12810247 100

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE - IEA 2025, 2.º Trimestre.

dissolução conjugal e viuvez: 17,8% encontram-se separadas e 7,5% são viúvas, contrastando com os homens, para os quais estas situações representam apenas 7,4% e 1,1%, respetivamente.

A distribuição geográfica indica que 59,1% da população reside em áreas urbanas, observando-se um relativo equilíbrio entre os sexos (60% dos homens e 58,3% das mulheres). Luanda (26,5%), Huambo (9,3%) e Benguela (8,3%) destacam-se como as províncias com maior concentração populacional, agregando cerca de 44% do total da amostra. As restantes províncias apresentam valores inferiores a 9%, evidenciando uma forte polarização demográfica nestes centros urbanos.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das formas de inserção laboral segundo o sexo. Importa referir que estas categorias correspondem às formas originais de inserção laboral disponibilizadas pelo Inquérito ao Emprego em Angola, na variável “Para quem o(a) nome trabalha no seu emprego principal?”. De forma geral,

observa-se uma distribuição equilibrada da população ocupada total, sendo 49,1% homens e 50,9% mulheres.

Ao analisar a distribuição interna entre os homens, a maior concentração de força de trabalho masculina verifica-se no setor privado (21,0%), seguido de perto pelo trabalho por conta própria sem trabalhador (20,9%) e pelo trabalho familiar sem remuneração (18,5%). Observa-se ainda participação relevante dos homens no trabalho por conta própria com trabalhador(es) (15,4%) e na administração pública central/provincial/local (7,9%).

Entre as mulheres, a configuração do perfil de inserção é marcadamente diferente. Destaca-se massivamente o trabalho por conta própria sem trabalhador, que absorve 42,0% de toda a força de trabalho feminina, constituindo a principal forma de inserção laboral das mulheres. O segundo maior grupo é composto pelo trabalho familiar sem remuneração, que abarca quase um quarto das mulheres (24,9%). O setor privado, por outro lado, acolhe apenas 6,6% do total de mulheres ocupadas.

Na comparação dos perfis, os resultados evidenciam desigualdades de gênero no acesso às oportunidades de emprego estável. Enquanto os homens possuem uma inserção muito mais expressiva no setor privado (21,0% contra 6,6% das mulheres) e na administração pública (7,9% contra 2,6% das mulheres), a população feminina está maioritariamente concentrada em formas de inserção laboral historicamente associadas à maior vulnerabilidade ou informalidade, como o trabalho por conta própria de subsistência e o trabalho familiar não remunerado.

A Tabela 3 segue a Classificação das Atividades Económicas de Angola (CAE-Rev. 2), aprovada pelo INE em 2014, a qual se encontra harmonizada com a Classificação Internacional Tipo das Atividades (CITA-Rev. 4) das Nações Unidas (INE, 2016).

A distribuição da população por atividade principal segundo o sexo evidencia diferenças significativas nos padrões de inserção laboral entre homens e mulheres. Entre os homens, observa-se uma maior concentração no comércio, que absorve 11,9% do emprego masculino. Seguem-se os setores dos transportes, armazenagem e logística (8,4%), da construção (7,2%) e da administração pública, defesa e segurança (6,9%). A agricultura, pecuária, silvicultura e pesca representam igualmente uma parcela significativa do emprego masculino, com 43,4%, constituindo o principal setor de absorção da força de trabalho dos homens.

No caso das mulheres, a distribuição apresenta características distintas. O comércio constitui igualmente o principal setor de inserção feminina, concentrando 32,2% do emprego das mulheres. Seguem-se as atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico, que representam 7%, e a agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, com 48,2%, evidenciando a forte presença feminina em atividades

Tabela 3 Distribuição dos trabalhadores por tipo de atividade principal segundo o sexo

Tipo de atividade principal	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	2730335	43,4	3138378	48,2	5868713	45,8
Indústria extrativa	107610	1,7	3859	0,1	111469	0,9
Indústria transformadora	313788	5	156383	2,4	470171	3
Eleticidade, água, saneamento e gestão de resíduos	40575	0,6	6688	0,1	47263	0,4
Construção	450597	7,2	10495	0,2	461092	3,6
Comércio (grossista e retalhista)	749732	11,9	2097517	32,2	2847249	22,2
Transportes, armazenagem e logística	526652	8,4	28659	0,4	555311	4,3
Alojamento e restauração	48055	0,8	75501	1,2	123556	1
Informação, comunicação e tecnologias	43299	0,7	10550	0,2	53849	0,4
Atividades financeiras e seguros	29729	0,5	8191	0,1	37920	0,3
Atividades imobiliárias	6514	0,1	0	0	6514	0,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas	25642	0,4	6372	0,1	32014	0,2
Atividades administrativas e serviços de apoio	295694	4,7	54420	0,8	350114	2,7
Administração pública, defesa e segurança	436645	6,9	109641	1,7	546286	4,3
Educação	251668	4	146860	2,3	398528	3,1
Saúde humana e ação social	65541	1	76349	1,2	141890	1,1
Artes, cultura, desporto e recreação	22455	0,4	6731	0,1	29186	0,2
Serviços pessoais	111470	1,8	123598	1,9	235068	1,8
Atividades das famílias	39428	0,6	454232	7	493660	3,9
Organismos internacionais e extraterritoriais	0	0	393	0	393	0
Total	6295429	100	6514817	100	12810246	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE - IEA 2025, 2.º Trimestre.

ligadas ao meio rural, ao trabalho familiar e às formas de subsistência. O setor do alojamento e restauração representa 1,2% do emprego feminino.

Importa esclarecer que, embora a categoria “comércio” utilizada na Tabela 3 resulte de uma agregação baseada na CAE-Rev. 2, sem distinção entre comércio grossista e retalhista, com base na interpretação das Tabelas 1 e 2, compreende-se que a estrutura do mercado de trabalho em Angola sugere padrões diferenciados de inserção entre homens e mulheres neste setor. Nesse sentido, defende-se, a título de hipótese interpretativa, que os homens tendam a apresentar maior presença em atividades comerciais de maior escala e circulação de mercadorias, enquanto as mulheres se concentrem mais frequentemente no pequeno comércio e no comércio retalhista informal. Contudo, essa diferenciação não pode ser afirmada categoricamente com base nos dados agregados utilizados nesta análise.

Comparativamente, setores como a indústria extrativa, a construção, os transportes e as atividades técnicas apresentam maior expressão relativa no emprego masculino, enquanto as mulheres se encontram mais concentradas no comércio, nos serviços pessoais e nas atividades domésticas. Observa-se ainda

que alguns setores, como a saúde e ação social, apresentam distribuições mais equilibradas entre os dois sexos, embora com ligeira predominância feminina.

Análise e discussão dos resultados

Os resultados obtidos confirmam que o mercado de trabalho angolano permanece marcado por desigualdades de género, verificando-se a persistência de uma divisão sexual do trabalho que atravessa diferentes setores de atividade económica.

A caracterização sociodemográfica, ao revelar uma elevada proporção de homens na condição de chefes do agregado familiar, confirma a persistência do modelo patriarcal descrito por Silva (2013), no qual o homem é socialmente reconhecido como principal provedor económico. Esta organização familiar pode influenciar as trajetórias profissionais e os padrões de inserção laboral, favorecendo a presença masculina em atividades socialmente associadas ao universo masculino.

A análise da distribuição das atividades económicas permitiu observar a existência de segregação horizontal (Lorber, 1994; Scott, 1995) no mercado de trabalho angolano. A predominância masculina em setores associados ao trabalho físico, técnico e produtivo reflete a persistência de “representações sociais”² que associam a masculinidade à produção material e ao domínio técnico, contribuindo para a naturalização da divisão sexual do trabalho.

Por sua vez, a forte concentração feminina nos setores ligados ao comércio, aos serviços e às atividades de cuidado corrobora a análise de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), segundo a qual o mercado de trabalho tende a reproduzir e institucionalizar competências historicamente atribuídas às mulheres no espaço doméstico.

A análise das formas de inserção laboral mostra ainda diferenças estruturais significativas entre homens e mulheres. Enquanto a força de trabalho masculina apresenta uma distribuição ligeiramente mais diversificada entre o setor privado (21,0%), o trabalho por conta própria (20,9%) e o emprego familiar (18,5%), a força de trabalho feminina exibe uma forte dependência estrutural de uma única modalidade: o trabalho por conta própria sem trabalhador, que concentra isoladamente 42,0% de todas as mulheres ocupadas. Estes resultados evidenciam que os homens apresentam maior presença relativa em formas de emprego mais institucionalizadas e formais, ou seja, contextos nos quais existe maior probabilidade de acesso à estabilidade laboral e à proteção social. Em

2 Conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida quotidiana (senso comum) que guiam comportamentos e a comunicação (Moscovici, 2003).

contrapartida, as mulheres concentram-se sobretudo em modalidades de inserção laboral associadas à informalidade, particularmente no trabalho por conta própria sem trabalhadores e no trabalho familiar não remunerado. Este padrão confirma as análises de Aljarodi et al. (2023) e Kate Meagher (2017), que destacam a tendência da participação feminina nos mercados africanos se traduzir em formas de autoemprego de subsistência e trabalho não remunerado no interior das unidades familiares.

A predominância feminina no comércio deve, neste contexto, ser interpretada não como expressão de empreendedorismo ou autonomia económica, mas como reflexo de limitações estruturais no acesso das mulheres ao emprego formal. A concentração neste tipo de atividade implica frequentemente ausência de proteção social, instabilidade de rendimentos e reduzida capacidade de acumulação de capital, contribuindo para a reprodução de ciclos de vulnerabilidade económica feminina, em contraste com os objetivos de igualdade de género preconizados pela SADC, como vimos acima.

Os resultados permitem, sobretudo, identificar padrões de segregação horizontal do emprego, expressos na concentração diferenciada de homens e mulheres em determinados setores de atividade e modalidades de inserção laboral. Contudo, embora os dados utilizados neste estudo não permitam medir diretamente fenómenos de segregação vertical, uma vez que a análise setorial não fornece informação suficiente sobre hierarquias internas, progressão profissional ou ocupação de cargos de liderança, alguns indícios observados podem constituir hipóteses relevantes para investigações futuras. A reduzida presença feminina em setores associados a maior prestígio institucional e simbólico, bem como a ausência de mulheres em categorias específicas como organizações internacionais identificadas na Tabela 2, podem sugerir a persistência de mecanismos de exclusão das mulheres de posições de autoridade. No caso particular das instituições religiosas, observa-se um aparente paradoxo: embora os dados do Censo de 2024 (INE, 2026) indiquem que as mulheres constituem a maioria dos fiéis em Angola, os resultados deste estudo mostram uma presença feminina muito reduzida nas atividades laborais associadas a este setor. Contudo, tais evidências devem ser interpretadas apenas como pistas analíticas preliminares, carecendo de investigação específica que permita examinar empiricamente a existência de segregação vertical no mercado de trabalho angolano.

Conclusão

O presente estudo buscou compreender a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho, analisando em que medida este segrega por sexo. A análise dos

dados do Inquérito ao Emprego em Angola (2.º trimestre de 2025) permite concluir que a segregação permanece.

Os resultados confirmam a persistência de uma divisão sexual do trabalho que atravessa os diversos setores de atividade económica. Esta organização é influenciada pela manutenção do modelo patriarcal, no qual a elevada proporção de homens como chefes do agregado familiar reforça a representação social do homem como principal provedor económico.

Verificou-se a existência de segregação horizontal no mercado de trabalho angolano, observando-se que os homens predominam em setores associados à produção material, ao trabalho técnico e às atividades de maior exigência física, enquanto as mulheres se concentram sobretudo nos serviços, no comércio e nas atividades de cuidado.

Relativamente às formas de inserção laboral, verificaram-se diferenças estruturais entre os sexos. Os homens apresentam maior presença em modalidades de emprego mais institucionalizadas e formais. Em contrapartida, a participação feminina traduz-se maioritariamente em formas de inserção laboral associadas à informalidade. A concentração feminina em atividades de baixa capitalização e reduzida proteção social contribui para a reprodução de ciclos de vulnerabilidade económica, em contraste com as diretrizes de igualdade de género preconizadas pela SADC.

Por último, embora os dados utilizados neste estudo não permitam medir diretamente fenómenos de segregação vertical, alguns resultados observados podem constituir pistas relevantes para investigações futuras. A reduzida presença feminina em determinados espaços institucionais e categorias associadas a maior prestígio simbólico poderá sugerir desigualdades no acesso das mulheres aos espaços de decisão e autoridade.

Conclui-se que o género continua a constituir-se como um determinante na distribuição das atividades económicas e das formas de inserção laboral em Angola, orientando homens e mulheres para posições diferenciadas no mercado de trabalho e contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais e económicas de género.

Uso de inteligência artificial

Foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial generativa ChatGPT (OpenAI, versão GPT-5.5) como apoio à revisão linguística, melhoria da clareza textual e correção da tradução do resumo (*Abstract*). Todo o conteúdo produzido com apoio da ferramenta foi revisto, validado e assumido pelo autor.

Nota

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Aljarodi, A., Thatchenkery, T., & Urbano, D. (2023). The influence of institutions on early-stage entrepreneurial activity: A comparison between men and women in Saudi Arabia. *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*, 15(5), 1028-1049. <https://doi.org/10.1108/JEEE-02-2021-0076>
- Antunes, R. (2018). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In P. Gentili & G. Frigotto (Orgs.), *A miséria e a luta pelo fim da miséria: O tempo da crise* (pp. 35-48). Vozes. <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/educacion/antunes.pdf>
- Blau, F. D., & Kahn, L. M. (2017). The gender wage gap: Extent, trends and explanations. *Journal of Economic Literature*, 55(3), 789-865. <https://doi.org/10.1257/jel.20160995>
- Chen, M. (2012). *La economía informal: Definiciones, teorías y políticas*. WIEGO - Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing.
- Folbre, N. (2001). *The invisible heart: Economics and family values*. The New Press.
- Fundo das Nações Unidas para a População — Angola. (s.d.). *Igualdade de género*. Fundo das Nações Unidas para a População. <https://angola.unfpa.org/pt/topics/igualdade-do-g%C3%A9nero>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Hochschild, A. R. (1997). *The time bind: When work becomes home and home becomes work*. Metropolitan Books.
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Classificação das actividades económicas de Angola: Revisão 2 (CAE-Rev. 2)*. Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Inquérito ao Emprego em Angola (IEA 2019): Manual de instruções*. Governo da República de Angola. <https://andine.ine.gov.ao/nada/index.php/catalog/45/download/465>
- Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Inquérito ao Emprego em Angola (IEA): II trimestre 2025, base trimestral II trimestre 2025*. ANDINE - Arquivo Nacional de Dados de Angola. <https://andine.ine.gov.ao/nada/index.php/catalog/45/study-description>
- Instituto Nacional de Estatística. (2026). *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação 2024 da província de Benguela*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_639064071318925115.pdf
- Lorber, J. (1994). *Paradoxes of gender*. Yale University Press.
- Meagher, K. (2017). Cannibalizing the informal economy: Frugal innovation and economic inclusion in Africa. *The European Journal of Development Research*, 30, 17-33. <https://doi.org/10.1057/s41287-017-0113-4>

- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (G. Duveen, Ed.; P. A. Guareschi, Trad.). Vozes.
- Pehrsson, K. (2000). *Para uma igualdade entre mulheres e homens em Angola: Um perfil das relações de género*. Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ASDI).
<https://cdn.sida.se/publications/files/sida1072pt-towards-gender-equality-in-angola.pdf>
- Razavi, S. (2007). *The political and social economy of care in a development context*. UNRISD.
<https://cdn.unrisd.org/assets/library/papers/pdf-files/razavi-paper.pdf>
- Scott, J. W. (1995). *Gender and the politics of history*. Columbia University Press.
- Silva, M. E. C. da. (2013). *O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: Estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais* (Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).
<https://hdl.handle.net/10437/5017>

Data de submissão: 24/01/2026 | **Data de aceitação:** 22/06/2026